

ATA DA REUNIÃO DA MESA ESTADUAL DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS.

Aos 25 dias do mês de agosto de 2015, na Cidade Administrativa, na sede da Companhia de Habitação de Minas Gerais (Cohab Minas), realizou-se reunião da Mesa de Diálogo com o objetivo de tratar de conflitos envolvendo ocupações urbanas em Belo Horizonte e Timóteo. Conforme lista de presença anexa, tendo como princípio “Ouvir para Governar”, foi discutida e deliberada a seguinte pauta:

O presidente da Mesa, Claudius Vinicius Leite Pereira, abriu a reunião colocando como primeiro ponto de pauta o conflito envolvendo as ocupações do bairro Copacabana, solicitando ao representante do Cejus, desembargador Alberto Diniz, que conduzisse a apresentação das alternativas viáveis para a construção de um acordo.

Isabella Gonçalves, das Brigadas Populares, pediu a palavra para questionar o fato de não ter recebido convite com a pauta desta reunião, tendo sido informada, na noite anterior, por outras vias. Solicitou que se registrasse em ata sua reclamação em relação à forma de convocação da reunião, uma vez que, segundo ela, o fato de ter sido avisada na última hora prejudicou a mobilização das lideranças dos movimentos.

O presidente da Mesa informou que a convocação para esta reunião no que diz respeito à pauta do conflito das ocupações de Copacabana foi realizada pelo desembargador Alberto Diniz, segundo critérios que ele entendesse como necessários. Esclareceu que a Mesa não é uma plenária e que não há pretensão de se bater o martelo para definir um acordo, na data de hoje, em relação ao conflito de Copacabana, argumentando que a definição de um acordo pressupõe a participação de todas as partes envolvidas no conflito. Ressaltou que a Mesa de Diálogo está instituída oficialmente e que as representações estão estabelecidas, sendo convocados a participar, além dos integrantes efetivos, os movimentos envolvidos nas pautas específicas a serem tratadas nas reuniões.

O desembargador Alberto Diniz afirmou que o conflito das ocupações dos bairros Copacabana e Santa Amélia chegou ao Cejus através do requerimento do juiz que acompanha o caso. Informou que há outros três casos de ocupações na mesma área ocupada, sendo que dois deles envolvem a Fazenda Pública Municipal. Explicou que esses processos receberam liminares que estão suspensas, em razão de decisão de dois desembargadores do Tribunal de Justiça. O desembargador ressaltou que o Cejus foi acionado para tratar da área particular pertencente ao senhor Luís Márcio Menezes Surete, que envolve também área pública da Prefeitura de Belo Horizonte. Segundo ele, a ação do senhor Luís Márcio diz respeito a seis lotes situados na rua Caxias do Sul, vizinhos a outros lotes que eram também de sua propriedade e que foram desapropriados pela Prefeitura de Belo Horizonte.

O desembargador esclareceu que recebeu a informação de que Prefeitura não compareceria à Mesa, uma vez que não via possibilidade de acordo neste caso. Desta forma, fez um apelo para que os ocupantes da área pertencente ao senhor Luis Márcio mostrassem disposição para negociar, apresentando duas propostas: a primeira propõe que os ocupantes liberem os lotes da área particular, que pela planta tem 2.160 m², e migrem para a área ocupada pertencente à Prefeitura Municipal. A

segunda propõe que a Prefeitura de Belo Horizonte desaproprie toda a área ocupada, integrando a área particular à área pública. Nesse caso, os proprietários das áreas particulares teriam que negociar com a PBH um preço para os terrenos de sua propriedade.

A avaliação das duas propostas, de acordo com o defensor público Aiyton Rodrigues, pressupõe a participação da Prefeitura de Belo Horizonte nas negociações da Mesa, condição que considera essencial para a solução do conflito.

O desembargador Alberto Diniz afirmou que o Cejus trouxe o caso à pauta da Mesa, com a disposição de mediar esse conflito de forma conciliatória e transparente. Ponderou, entretanto, que, se não for possível estabelecer um acordo com os moradores e com a Prefeitura, o Cejus não terá outra alternativa senão devolver o caso ao juiz da 5ª Vara Cível, respeitando a jurisdição do magistrado.

Juliano Rego dos Santos, representante dos moradores das ocupações do bairro Copacabana, afirmou que os ocupantes têm interesse em realizar um acordo para liberar a área, mas não há como pedir às famílias que desocupem os lotes particulares e migrem para a área pública sem a garantia de que a Prefeitura cumprirá o acordo, já que ela não está presente na reunião. Alegou que a maioria das pessoas que residem nas ocupações tem problemas de diversas naturezas com a Urbel, o que as deixa inseguras para aceitar uma proposta sem garantias.

O advogado Aluizio Pacheco, que representa o proprietário Luis Márcio Menezes Surete, entende que a segunda proposta apresentada pelo desembargador é inviável, uma vez que a Prefeitura não manifestou interesse em participar das negociações. A primeira proposta, a seu ver, seria a melhor opção. Ressaltou, porém, que seu cliente não tem possibilidade de indenizar as famílias, afirmando que a obrigação de realizar assentamentos é do poder público e não do proprietário particular.

Isabella Gonçalves ponderou que as ocupações Maria Guerreira e Maria Vitória surgiram em decorrência da extrema vulnerabilidade social das famílias e em função do descaso demonstrado pela Prefeitura em relação às questões sociais. Ressaltou que a ausência da Prefeitura de Belo Horizonte na Mesa de Negociação é uma forma de desacreditar o Cejus e o Estado e uma tentativa, segundo ela, de mostrar que a única forma de resolver problemas sociais é com a ação da polícia. A construção de qualquer solução que seja justa para as famílias, a seu ver, pressupõe a participação de todas as partes na negociação. Por esse motivo, afirmou que não há como aceitar a proposta feita pelo Cejus, considerando que a Prefeitura não está presente.

O professor André Luiz Freitas, representante da Pólos/UFMG, destacou que os movimentos sociais tiveram papel relevante no processo de construção de um espaço de diálogo para a solução dos conflitos fundiários, que culminou com criação da Mesa de Negociação. Nesse sentido, frisou que eles são atores essenciais nas negociações. No caso da presente reunião, o professor afirmou que, por se tratar de uma negociação extrajudicial, é de suma importância a participação das lideranças comunitárias e dos movimentos sociais. Enfatizou que considera um absurdo a ausência da Prefeitura nas reuniões da Mesa e questionou até quando o Governo do Estado vai assumir toda a responsabilidade nas negociações, enquanto o município se omite, negligenciando seu papel na solução dos conflitos sociais.

O desembargador Alberto Diniz propôs que uma comissão formada pelo Cejus Social, advogados dos proprietários, lideranças das ocupações, movimentos sociais, Defensoria Pública, Ministério Público e todos aqueles que tiverem interesse no caso realize uma visita à ocupação, com o objetivo de conhecer a área e constatar o que está ocorrendo no local. Afirmou que o Cejus fará um ofício à Prefeitura de Belo Horizonte solicitando que o município se manifeste em relação às propostas visando a solução do conflito, fixando um prazo para que se formalize uma resposta.

Propôs ainda que, após a visita à área das ocupações, será fixado um prazo para que os ocupantes se posicionem em relação à proposta de desocupação da área particular e migração para a área pública, respondendo se a consideram viável ou não. O desembargador destacou que, após essas três medidas, se não houver acordo, o caso será devolvido ao Juiz da 5ª Vara Cível.

Cláudia Amaral Xavier, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos do Ministério Público de Minas Gerais, informou ao desembargador Alberto Diniz que já está em curso um processo de investigação a respeito da comunidade do bairro Copacabana, que segundo ela pode auxiliar nas argumentações perante a Prefeitura. Afirmou que, nesse processo, investiga-se a origem das pessoas que estão nas áreas ocupadas e se a permanência delas se deu por um deslocamento forçado, provocado pela própria Prefeitura. A defensora afirmou que, até o próximo dia 04 de setembro, este estudo estará finalizado.

Após todas as ponderações e proposições pertinentes ao conflito, o presidente da Mesa concluiu o primeiro ponto de pauta definindo os seguintes encaminhamentos:

- Visita à área ocupada por uma comissão, nos moldes propostos pelo Cejus, no dia 03 de setembro próximo, a partir das 9h;
- Envio de um ofício do Cejus à Prefeitura de Belo Horizonte requisitando o ingresso do município na negociação deste conflito;
- Fixação de prazo para a resposta dos ocupantes à proposta do Cejus de desocupação da área particular e migração para a área pública já ocupada.
- Envio da Ata desta reunião ao Cejus, para que seja protocolada junto ao juiz da 5ª Vara Cível.
- Envio das atas das duas reuniões anteriores da Mesa, bem como a ata da reunião de hoje, aos professores da UFMG, André Luiz Freitas e Maria de Fátima.

➤ Segundo ponto de pauta: ocupações no município de Timóteo

O presidente Mesa abriu a palavra à manifestação das pessoas envolvidas na negociação visando a solução pacífica para o conflito das ocupações de Timóteo.

Jaqueline Jorge, moradora de uma das ocupações de Timóteo, afirmou que veio à reunião com o objetivo de fazer um pedido de socorro, em nome das muitas famílias que vivem na área ameaçada de despejo, afirmando que as pessoas estão aflitas e

sem dormir. Ela manifestou sua esperança de que seja firmado um acordo, garantindo o direito das famílias à moradia.

Guilherme Pontes, das Brigadas Populares, afirmou que acredita numa solução negociada e não violenta para resolver de forma pacífica o conflito envolvendo as ocupações de Timóteo. Frisou que as famílias que hoje residem na ocupação tiveram que recorrer a essa alternativa, tendo em vista a omissão dos prefeitos dos mandatos anteriores, que não construíram uma política habitacional no município. Ressaltou que a Mesa é o espaço ideal para a retomada das negociações, que vêm ocorrendo desde 2013, dizendo acreditar em uma solução capaz de evitar a remoção forçada dos ocupantes. Afirmou que há urgência nessa negociação, pois a ação de reintegração de posse foi anunciada para acontecer em um prazo de 60 dias.

Maria Marta Luz, outra moradora da ocupação de Timóteo, afirmou que espera sair desta reunião com uma solução encaminhada para evitar o despejo. Lembrou que a ação de reintegração de posse foi adiada por seis meses, mas nesse período não se negociou nenhuma solução. Segundo ela, o município de Timóteo tem grande carência na área habitacional. Afirmou que os moradores concordam em sair da ocupação, desde que seja oferecida às famílias uma alternativa de moradia.

O prefeito de Timóteo, Cleydson Domingues Drumond, agradeceu a oportunidade de participar da Mesa e elogiou a iniciativa do Governo de criar esse espaço de diálogo. Afirmou que vem enfrentando dificuldades na negociação desse conflito, considerando que alguns dos terrenos ocupados são locais de Área de Preservação Permanente (APP) e outras estão dentro da APA Serra de Timóteo. Segundo o prefeito, foi necessário aprovar na Câmara Municipal a redução dessas áreas, para facilitar a negociação. No caso do local denominado Jardim Vitória, por exemplo, onde existe uma ocupação há mais de 15 anos, foi proposto pela Prefeitura o reassentamento das famílias em um terreno de 148 lotes. Para isso, porém, uma área próxima de seis hectares teria que ser indenizada pelo município, que no atual momento, segundo o prefeito, não dispõe de condições financeiras.

De acordo com Cleydson Drumond, para reduzir os impactos da desocupação de áreas públicas em Timóteo, em particular nos bairros Limoeiro, Recanto Verde e Macuco, o município deverá contar com o apoio do Estado em projetos de reassentamento das famílias. Nesse sentido, leu um ofício encaminhado ao governador Pimentel contendo quatro propostas que, a seu ver, permitiriam viabilizar um acordo com as ocupações:

- 1- A liberação de recursos financeiros na importância de R\$ 5 milhões para a infraestrutura e o assentamento das famílias da ocupação Jardim Vitória, no bairro Limoeiro;
- 2- O auxílio, através do *Programa Bolsa Moradia Transitória* ou *Aluguel Social*, para atender a 390 moradias nas ocupações dos bairros Limoeiro, Recanto Verde e Macuco, na importância de R\$350,00 por família, por um período de 18 meses;
- 3- Dotar todos os assentamentos com redes de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e iluminação pública;
- 4- Caberá ainda ao Governo do Estado a aprovação dos respectivos licenciamentos ambientais, nas intervenções necessárias ao assentamento das famílias;

Segundo os termos do ofício, ao município de Timóteo caberá, como contrapartida, a doação dos terrenos e a mão-de-obra nas ações de reassentamento.

Caso o acordo se viabilize, Cleydson Drumond enfatizou que serão contempladas as famílias cadastradas em 2013 e aprovadas no cadastro social da Prefeitura.

O presidente da Mesa de Diálogo, Claudius Vinicius Leite Pereira, frisou ao prefeito de Timóteo que a construção de acordos na Mesa, em geral, passa pelo seguinte processo: os municípios doam o terreno para a implantação do projeto habitacional; o Estado divide com a Prefeitura a concessão do recurso de bolsa moradia às famílias aprovadas no cadastro e, posteriormente, realiza o empreendimento do Programa *Minha Casa, Minha Vida*, em parceria com o Governo Federal e o município. Ponderou, entretanto, aos ocupantes que a expectativa de permanência na área está afastada, tendo em vista que a proposta da Prefeitura prevê o reassentamento das famílias em outro local.

Claudius Vinicius afirmou que fará um estudo das propostas contidas no ofício entregue pela Prefeitura, no sentido de avaliar sua viabilidade e construir uma contraproposta a partir dos pontos passíveis de negociação.

Indagado sobre os procedimentos relativos à ordem judicial, o Major Mendes informou que a Polícia Militar tem prazo até o dia 11 de outubro deste ano para cumprir a ordem de reintegração de posse da área ocupada.

Guilherme Pontes, das Brigadas Populares, fez um apelo para que haja uma manifestação conjunta do Estado e da Prefeitura visando a suspensão da ordem de despejo, argumentando que existe uma negociação em curso, com grande possibilidade de concretização de um acordo. A seu ver, a ameaça de despejo desfavorece as três partes envolvidas nesta negociação: ocupações, Prefeitura e Governo do Estado.

Isabella Gonçalves, das Brigadas Populares, alegou que o conflito em Timóteo é relativamente fácil de se resolver, se comprado a outros que estão sendo tratados na pauta da Mesa. Segundo ela, há uma clara intenção tanto do Estado quanto do município no sentido de assegurar moradia digna aos ocupantes, além de haver também o interesse dos movimentos na construção deste acordo. Ponderou que o ideal é um instrumento urbanístico de mudança do plano diretor e a disponibilização de recursos pelo Estado para que o município de Timóteo implemente políticas de regularização fundiária. Ao concluir, ressaltou que é preciso rever o cadastro feito em 2013, tendo como base a realidade atual, para verificar quais famílias serão contempladas.

Alertando que a proposta dos movimentos coloca toda a responsabilidade nas mãos do Governo, o presidente da Mesa ponderou que Estado tem limites no aporte de recursos e não há como acatar tudo que está sendo proposto. Reafirmou que irá analisar o ofício entregue pelo prefeito e ver o que isso significa em relação ao aporte de recursos e o que poderá ser viabilizado. Disse ainda que, além desse estudo, é preciso fazer uma visita ao local das ocupações para evitar surpresas.

O professor André Luiz Freitas, da Pólos/UFMG, reiterou a proposta de Guilherme Pontes, solicitando à Prefeitura que encaminhe pedido de suspensão da ação de reintegração de posse, até que as negociações sejam concluídas.

Em resposta aos reiterados apelos, o prefeito alegou que a suspensão da ordem judicial não resolve o problema, mas apenas adia a solução do conflito, prolongando também o sofrimento das famílias. A seu ver, cabe a todos os envolvidos nesta negociação um esforço conjunto no sentido de construir o acordo dentro do prazo estabelecido pela Justiça. Nesse sentido, propôs que, dentro de 30 dias, se realize nova reunião da Mesa, na qual seriam apresentados dados mais seguros em relação às áreas ocupadas e ao cadastro das famílias, permitindo, assim, firmar um acordo com mais propriedade.

A esse respeito, o presidente da Mesa alertou que tudo o que está sendo tratado nesta reunião tem um grau elevado de incertezas, demandando estudos de campo mais aprofundados para levantar dados sobre as áreas ocupadas, além do cadastro das famílias. Após ouvir todas as partes interessadas, finalizou a reunião propondo os seguintes encaminhamentos:

1 - Realização de um estudo de campo pela Prefeitura para apurar todos os dados necessários, no que diz respeito às áreas de risco e ao cadastro das famílias, que será priorizado na área em que está sendo solicitada a reintegração de posse.

- Os movimentos sociais realizarão uma reunião com a equipe técnica da Prefeitura com o objetivo de verificar a metodologia a ser utilizada no cadastramento das famílias.

- Após a finalização do cadastro, o resultado será encaminhado ao juiz que expediu a ordem de despejo, para que o mesmo tenha conhecimento do andamento das negociações.

- Será feito um estudo das propostas contidas no ofício entregue pela Prefeitura ao Governo, para avaliar sua viabilidade e construir uma contraproposta a partir dos pontos passíveis de negociação.

- Dentro de aproximadamente 30 dias, de posse de todos os dados devidamente apurados, será realizada nova reunião da Mesa, com participação da Prefeitura de Timóteo, dos movimentos sociais e dos representantes das ocupações, para dar continuidade às negociações. Nesta reunião, será apresentada a resposta do Estado ao ofício da Prefeitura.

Belo Horizonte, 25 de agosto de 2015.